

Crise política obriga governo a adiar projetos

MARIZETE MUNDIM

Passados quatro meses do início da crise política que poderá resultar no impedimento ao presidente Collor, a economia começa a resfolegar e a dar sinais de que não é imune ao doloroso processo de desgaste do governo. Os ministérios da área econômica estão imobilizados, limitando-se a adotar medidas inadiáveis do dia-a-dia, como o reajuste das tarifas públicas. Todos os ministros da área econômica, mesmo tentando passar a imagem de que trabalham normalmente, adiam para o final do processo de impeachment decisões que antes dele eram consideradas impostergáveis.

No Ministério da Economia, por exemplo, foram desativadas temporariamente as Câmaras Setoriais, nas quais o governo discutia reajuste de preços com o empresário, exatamente no momento em que o índice de inflação (do mês de agosto) deu um "soluço" e subiu de patamar. No Ministério das Minas e Energia, foram arquivadas por tempo indeterminado duas medidas que, antes do início da crise, eram consideradas inadiáveis: a montagem de um esquema da capitalização para a Petrobrás — que acumula uma dívida de curto prazo superior a US\$ 3 bilhões — e a liberação dos preços dos combustíveis a partir das bases de distribuição.

O Ministério dos Transportes e Comunicação, por sua vez, está com um projeto de lei pronto para apresentar ao Congresso, que implodirá o cartel dos transportadores interestaduais rodoviários de passageiros, mas também teve seu encaminhamento à Câmara dos Deputados adiado. Por dois motivos: primeiro, porque antes de encaminhá-lo, a Câmara teria que ter aprovado o projeto de lei que regulamenta as concessões do serviço público, o que não foi feito devido à crise política; segundo, porque qualquer projeto encaminhado pelo Executivo, nessas alturas, não teria a mínima chance de ser aprovado.

Um assessor do secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, garantiu que após a aprovação do projeto de lei da isonomia salarial do funcionalismo público, a Secretaria "vai hibernar". A isonomia, admitiu ele, só passou porque a própria oposição tinha consciência de que os servidores estavam ganhando salários achatados por longo período sem reposição, e não mereciam ser ainda mais penalizados.

Os demais projetos, pelos quais a Secretaria batalhava no Congresso, serão temporariamente arquivados, até a votação do pedido de impeachment. A Reforma Fiscal, por exemplo, tida pelo governo como imprescindível para evitar o colapso da administração pública no ano que vem, ficará em compasso de espera. O próprio presidente Collor, semana passada, andou seduzido pela proposta do imposto único e tentou um encontro com o deputado Flávio Rocha (PRN-RN), autor da idéia. Políticos próximos

ao Presidente acreditam que ele está tentado a substituir sua polêmica Reforma Fiscal pela idéia do Imposto Único, que conta com a aprovação de mais de 50% dos parlamentares.

Vazio — Não é só a imobilidade que retrata o desalento da equipe econômica, a maior parte dela está convicta de que este governo já acabou. Alguns assessores diretos do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, já começaram literalmente a limpar sua gavetas e a procurar um novo emprego. Este é o caso do secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente. No auge da crise, há uma semana, ele embarcou para Roma e deixou com seus assessores uma carta de demissão para o caso de uma crise piorar enquanto estivesse fora do País.

Mais do que isso, Pedro Parente comunicou a seus auxiliares mais próximos que sua decisão de deixar o governo era irrevogável e os liberou para que também tomassem a decisão que julgasse mais própria. Vários chefes de Departamento da Secretaria estão já providenciando sua saída de Brasília e, neste meio tempo — que segundo eles será definido com o fim da votação do impeachment, independente de sua aprovação —, "estamos tocando só os assuntos inadiáveis".

Na Secretaria Nacional de Economia, chefiada por Dorothea Werneck, a situação não é diferente. Ela também viajou para a Europa, de férias, e na segunda-feira próxima representará o governo brasileiro na negociação do novo acordo internacional do café. Com sua ausência, as Câmaras Setoriais foram desativadas, embora nos últimos 30 dias tenha sido detectada remarcação exagerada de preços agrícolas e industriais.

Assessores da secretária admitiram que enquanto não se encontrar um desfecho para a crise política, muito pouco há a ser feito na área econômica. A sorte, segundo eles, é que os juros altos e a demanda decrescente são poderosos instrumentos para conter a explosão inflacionária.

O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, desistiu de exercer sua função de articulador político dos projetos econômicos do governo, que tramitam no Congresso. Embora Macedo tenha a simpatia do PSDB, o simples fato de defender propostas de um governo em decomposição inviabiliza seu trabalho. Projetos como a modernização dos portos, o **emendão** — que propunha reformas estruturais na economia — e a concessão dos serviços públicos não têm a menor chance de ser aprovados, enquanto o futuro político do País não for definido. Com isso, Macedo encontra-se, temporariamente, sem função.

Mesmo os ministros políticos, como Pratinha de Moraes, das Minas e Energia, e Affonso Camargo, dos Transportes e Comunicação, que torcem pela derrubada do impeachment no Congresso, não têm conseguido tocar os assuntos de sua pasta.

Dida Sampaio 7.4.92



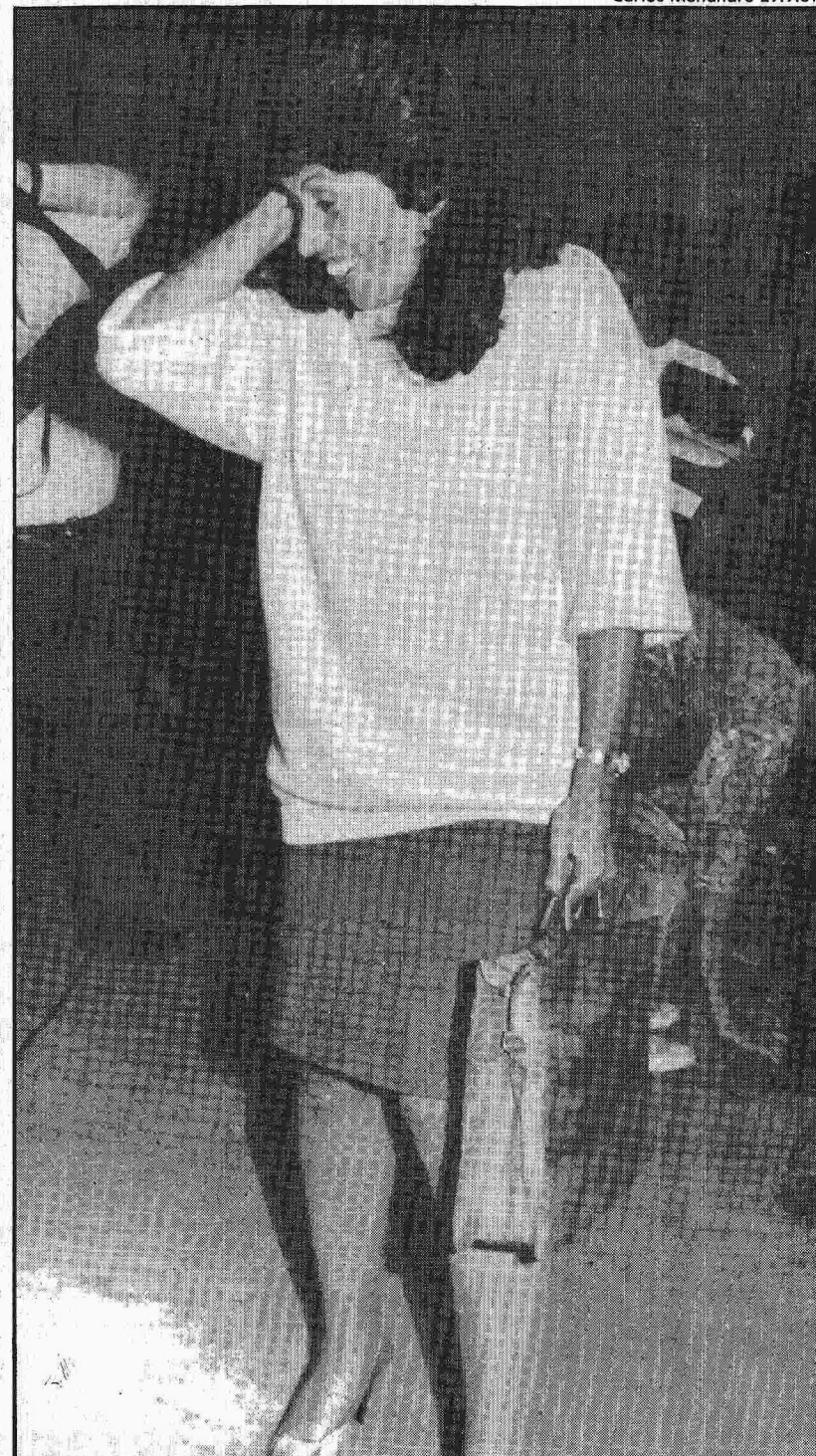
Pedro Parente foi para Roma e deixou sua demissão na gaveta

Stuckert Filho 22.4.92



Roberto Macedo desistiu da articulação política no Congresso

Carlos Menandro 29.9.81



Dorothea Werneck está na Europa e as câmaras, desativadas